

MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LEONARDO MARTINS BRUM, brasileiro, casado, servidor público em regime de União Estável, portador da identidade nº 130506488 DETRANRJ, do CPF nº 097.822.677-16 e título de eleitor nº 112820310302 em anexo, residente e domiciliado na Rua João Gomes Sobrinho, 31, Bairro do Centro, Pirapetinga - MG, CEP 36730-000, vem à presença de vossa Excelência, representar:

REPRESENTAÇÃO

Para que sejam tomadas das devidas providencias em face de **LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA**, prefeito municipal de Pirapetinga, endereço na Praça Dirceu de Oliveira Martins, nº 1, no bairro: Centro, na cidade de Pirapetinga/MG.

DOS FATOS

Trata-se de contrato de prestação de serviço realizado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA e a ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MICRO-REGIAO MEDIO RIO POMBA –AMERP sem licitação, que merece especial atenção e intervenção do ministério publico para que sejam tomadas as providencias cabíveis.

Vamos relacionar as datas dos valores empenhados a AMERP e os valores liquidados sem nenhuma licitação que consta no site da prefeitura, período de janeiro ate junho, exercício de 2021:

Empenho	Data	Fornecedor	Vr. Empenhado	Vr. Liquidado	Vr. Pago
274	05/01/2021	AMERP	138.000,00	69.000,00	69.000,00
325	08/01/2021	AMERP	32.138,33	32.138,33	32.138,33
497	09/02/2021	AMERP	44.941,80	44.941,80	44.941,80
536	24/02/2021	AMERP	13.780,00	13.780,00	13.780,00
595	01/03/2021	AMERP	52.471,22	52.471,22	52.471,22
616	09/03/2021	AMERP	6.000,00	6.000,00	6.000,00
657	10/03/2021	AMERP	800,00	800,00	800,00
663	15/03/2021	AMERP	8.000,00	7.000,00	7.000,00
664	15/03/2021	AMERP	23.100,00	14.600,00	14.600,00
665	15/03/2021	AMERP	50.000,00	50.000,00	50.000,00
693	23/03/2021	AMERP	2.800,00	2.800,00	2.800,00
694	23/03/2021	AMERP	7.600,00	6.400,00	6.400,00
695	23/03/2021	AMERP	4.800,00	4.800,00	4.800,00
696	23/03/2021	AMERP	4.000,00	4.000,00	4.000,00
697	23/03/2021	AMERP	4.000,00	4.000,00	4.000,00
706	25/03/2021	AMERP	14.300,00	9.600,00	9.600,00
707	25/03/2021	AMERP	23.400,00	21.600,00	21.600,00
812	07/04/2021	AMERP	20.440,00	12.060,00	12.060,00
813	07/04/2021	AMERP	2.900,00	2.900,00	2.900,00
814	07/04/2021	AMERP	25.300,00	24.930,00	24.930,00
909	30/04/2021	AMERP	55.000,00	54.656,09	54.656,09
931	03/05/2021	AMERP	12.000,00	8.700,00	8.700,00
1072	02/06/2021	AMERP	4.000,00	0,00	0,00
1073	02/06/2021	AMERP	4.000,00	0,00	0,00

Total	553.771,35	447.177,44	447.177,44
-------	------------	------------	------------

DOS FUNDAMENTOS QUE APARAM A PRESENTE REPRESENTAÇÃO

Nos termos do Art.129, inc. II da Constituição Federal, cabe ao Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”.

Neste sentido, considerando tratar-se de objeto contrato de prestação de serviço sem licitação esta demonstrada a relevância social que merece a intervenção imediata deste ministério público com as medidas cabíveis.

DA OBRIGATORIEDADE DE LICITAÇÃO

A Constituição Federal, em seu Art. 175, previu expressamente que:

Art. 175 Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços publico.

Ou seja, qualquer serviço público, independente de sua modalidade, será prestado diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão. E em qualquer um dos casos, quando não realizado diretamente, mediante previa licitação.

Odete Medauer, referência na matéria, ao doutrinar sobre a matéria leciona claramente:

“Outro meio pelo qual as autoridades e órgãos administrativos atuam no desempenho de suas atribuições encontra-se nos contratos que celebram. Antes do estudo dos contratos firmados pela Administração, torna-se necessário conhecer os dados fundamentais a respeito da licitação, que deve anteceder grande parte dos ajustes. Assim, entre a verificação da necessidade

de contratar e a celebração do contrato, realiza-se a licitação. **A Administração não pode contratar livremente, porque deve ser atendido o princípio da igualdade de todos para contratar com a Administração e a moralidade administrativa, sobretudo (...) O inc. XXI do art. 37 da CF determina que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública** que assegure a igualdade de condições a todos os participantes. Por sua vez, o art. 175 exige licitação para a concessão e permissão de serviço público.” (MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno – Editora RT 2016, Versão e-book, 10. Licitação

Ocorre que hoje no portal de transparência da Prefeitura não é possível saber qual o serviço que foi prestado pela AMERP a este município, somente é possível visualizar os diversos valores empenhado pela prefeitura a referida empresa, sem qualquer licitação, devendo ter a devida intervenção conforme precedentes sobre o tema:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO – TRANSPORTE COLETIVO – MUNICIPIO DE JUQUIÁ – Prestação de serviços de transporte coletivo sem prévia licitação – Reconhecimento de prática do ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, nos termos do art. 37, XXI, da CF e arts. 11, caput. E 12, inc. III, da Lei nº 8.429/92 – Indevida dispensa e licitação comprovada nos autos – Farta prova documental e confissão do agente público e da empresa – Inexistência de procedimento de dispensa e das possíveis motivações do ato, com as justificativas adequadas para a contratação direta, requisitos imprescindíveis para o controle da legalidade e da observância dos limites da discricionariedade – Peculiaridades do caso concreto que caracterizam a indevida dispensa, realizada sem qualquer planejamento, estudo ou pesquisa de preços – Atos ímprobos e culpa grave comprovados – Impossibilidade de aferição do prejuízo material causado ao erário ou à população, pois a improbidade detectada situou-se basicamente no contexto da lesividade presumida – Caracterização de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração, tipificado no art. 11 da LIA – Dosimetria da pena – Princípio da razoabilidade – Afastamento da condenação da empresa no ressarcimento dos valores recebidos a título de tarifas pelo transporte, diante da inexistência de efetivo prejuízo e prestação de serviço – Afastamento das sanções de suspensão dos direitos políticos e

proibição de contratação com o Poder Público, aplicados ao então prefeito municipal, em virtude de impossibilidade de aplicação decorrente de seu falecimento – Afastamento da multa civil, pois somente se admite a transmissão da multa para os sucessores do falecido quando houver dano ao patrimônio ou enriquecimento ilícito, nos termos do art. 8, da LIA – Precedentes – Sentença de procedência parcial reformada para afastar a condenação da empresa no ressarcimento dos valores e afastar as sanções ao agente publico falecido – Embargos de declaração – Alegação de erros de julgamento – Inocorrência – Questões suficientemente decididas no acórdão – A alegada incoerência entre o julgado e entendimento jurisprudencial, ou entre o julgado e a prova dos autos, não é vício, mais pretensão de reavaliação da prova e rediscução de matéria. O que é inadmissível nesta sede – eventual ir resignação com o resultado do julgamento deve ser veiculada na via adequada – O pré questionamento não consiste em hipótese suficiente, por si só, para autorizar o provimento dos embargos, tendo em vista a análise satisfatória dos pontos relevantes e necessários para chegar a decisão do caso concreto – Ausência de vício no acórdão – Embargo de declaração improvisos (TJSP; Embargos de Declaração 0002034'75.2006.8.26.0312; Relator Mauricio Fiorino: Órgão Julgador: 3º Câmara de Direito Público; Foro de Juquiá – Vara Única; Data de Julgamento: 17/04/2018; Data de Registro: 18/04/2018)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

No presente caso, trata-se de conduta expressamente vedada pela lei 8.429/92, uma vez que trata-se de contrato de prestação de serviço sem licitação.

A referida conduta é devidamente comprovada por meio de diversos empenhos e posteriores valores pagos a AMERP conforme tabela mencionada acima sem licitação, devendo ser coibido de imediato.

Portanto, uma vez demonstrado o descumprimento inequívoco a lei, tem-se por necessária intervenção estatal no presente caso.

Isto posto, requer o recebimento da presente representação, para que, ao final, as medidas legais sejam devidamente tomadas, em especial que o

senhor **prefeito Luiz Henrique Pereira da Costa**, seja condenado pelo ato de improbidade administrativo e destituído do cargo de Prefeito desta cidade.

Nestes termos, pede e aguarda providências.

Pirapetinga, 02 de agosto de 2021.

LEONARDO MARTINS BRUM